

O JAPÃO, PEARL HARBOR E A SAGA DO ALMIRANTE KIMMEL

Parte XVI

- A história do Almirante Kimmel
- Informações sonegadas e seus significados

"É melhor ter informações inaproveitáveis do que nada conhecer."

Sêneca

HUSBAND KIMMEL

Almirante

Tradução e adaptação: **MÁRIO JORGE DA FONSECA HERMES**
Almirante-de-Esquadra (Ref^o)

SUMÁRIO

Tentativas para basear a Esquadra na Califórnia
Equipamento para decodificação
Isto significa guerra
Falhas de memória
Testemunho do CMG McCollum
Ainda falhas de memória
Anexos:

Fotografias existentes na Biblioteca F. D. Roosevelt
e na Marinha Imperial do Japão

TENTATIVAS PARA BASEAR A ESQUADRA NA CALIFÓRNIA

Antes de assumir o comando, o Almirante J. O. Richardson havia recomendado basear a Esquadra na Costa Oeste, onde poderia ser mais eficientemente suprida, reparada, modernizada e treinada. Assim baseada, as 2 mil milhas de transporte por mar de todos os suprimentos, pessoal e, particularmente, óleo combustível teriam sido eliminadas. Óleo em excesso era disponível nas bases navais da

Califórnia. Com a completa falta de adequados navios petroleiros e navios de abastecimento, o preparo da Esquadra para a guerra teria sido extremamente mais expedito ao basear os navios na Califórnia.

A aproximação das bases da Califórnia pelo mar é limitada por um arco de 180 graus, exatamente a metade daquele do caso da Esquadra estar baseada em Pearl Harbor. Isto significa que somente em metade da área marítima teriam que ser efetuadas buscas para detectar a aproximação de uma força hostil.

A Califórnia é 2 mil milhas mais distante do Japão do que é Pearl Harbor. Os riscos para os japoneses atacarem a Esquadra nessas bases, inclusive com o de nossas forças em Pearl Harbor estarem nos seus flancos, eram tão grandes que esse ataque nunca teria sido tentado.

É interessante notar que em todos os planos navais anteriores a 1941 para a campanha do Pacífico a Esquadra estava baseada em nossa Costa Oeste até as hostilidades de fato começarem.

As deficiências de Pearl Harbor como uma base naval eram bem conhecidas do Departamento da Marinha. Em entrevista com o Sr. Roosevelt em junho de 1941, em Washington, eu ressaltai suas fraquezas e concluí com a observação de que se os japoneses a atacassem, a única defesa seria estar com todos os navios no mar.

Aceitei a decisão de manter a Esquadra em Pearl Harbor na firme crença de que o Departamento da Marinha manter-me-ia prontamente ciente de todas as informações pertinentes disponíveis, e em particular daquelas que indicassem um ataque à Esquadra em Pearl Harbor. Sabia de maneira geral, fruto de minha experiência na Marinha, os caminhos pelos quais o Departamento da Marinha obtinha sua inteligência, incluindo a comunicação japonesa interceptada e decodificada. A Esquadra do Pacífico era dependente do Departamento da Marinha, em Washington, para infor-

mações oriundas das mensagens diplomáticas japonesas interceptadas*.

Imediatamente após assumir o comando, o Vice-Almirante Wilson Brown**, após sua transferência de Washington para o Havaí, informou-me sobre alguma confusão no Departamento da Marinha referente à responsabilidade da correspondência com a Esquadra do Pacífico, no que concernia às informações secretas; se essas matérias ficariam em poder das Operações Navais ou da Inteligência Naval, neste caso do Departamento da Marinha. Imediatamente, acrescentei um PS em carta que estava escrevendo ao comandante de Operações Navais, levando esta situação à sua consideração. Escrevi ao Almirante Stark em 18 de fevereiro de 1941:

Para Roosevelt, em junho de 1941, em Washington, eu ressaltai as fraquezas de Pearl Harbor e concluí com a observação de que se os japoneses a atacassem, a única defesa seria estar com todos os navios no mar

Foi-me dito por um oficial recém-chegado de Washington que a Inteligência Naval (ONI) considera função de Operações Navais fornecer ao comandante-em-chefe informações de natureza secreta. Tenho escutado também que Operações Navais considera a responsabilidade para fornecer o mesmo tipo de informação ser da ONI. Não sei se perdi alguma coisa, porém se existe alguma dúvida sobre a quem compete a responsabilidade de manter o comandante-em-chefe completamente informado sobre ocorrências pertinentes a esses assuntos de interesse da Esquadra, peço que você determine esta responsabilidade a fim de evitar mal-entendidos.

* N.T. - Kimmel desconhecia a quebra dos códigos da Marinha Imperial, por isso, certamente, refere-se somente aos códigos diplomáticos.

** N.T. - Em 7 de dezembro, ainda contra-almirante.

Ele (Stark) respondeu-me em carta de **22 de março:**

“Com referência ao seu postscriptum sobre o assunto das rotas comerciais japonesas e a responsabilidade do encaminhamento de informações secretas a esse comando, Kirk informou-me que a ONI está plenamente cônica de suas responsabilidades em mantê-lo adequadamente informado no que concerne às nações estrangeiras, às atividades destas nações e aos elementos desleais aos EUA.”*

Em **25 de maio de 1941**, em carta oficial para o comandante de Operações Navais sobre o assunto “Levantamento das Condições da Esquadra do Pacífico”, em parágrafo à parte intitulado “Informações”, novamente salientei minha necessidade de informações sobre todas as mudanças importantes que afetaram nossas relações internacionais:

O comandante-em-chefe da Esquadra do Pacífico encontra-se numa situação muito difícil. Ele está em posição distante do centro de decisão do governo, em uma conjuntura complexa e extremamente instável. Ele encontra-se sem informação sobre a política, ou a mudança da política, refletida nos acontecimentos correntes e movimentos da Marinha, e, como resultado, é incapaz de avaliar os possíveis efeitos sobre sua própria situação. Ele não está sequer seguro de que forças lhe estarão disponíveis, e sabe quão pouco vale sua opinião em assuntos que afetam radicalmente sua capacidade para conduzir as tarefas recebidas. Esta falta de informações o está perturbando e tende a criar incerteza, uma condição que diretamente infringe a unidade de propósito e a confiança na sua própria linha de ação, tão necessária para a condução das operações militares.

É percebido que, na ocasião, quando rápidas mudanças no cenário internacio-

nal, ambas, diplomática e militar, e, talvez, mesmo a falta de conhecimento das próprias autoridades militares podem agir contra o encaminhamento, em tempo, de informações, porém certamente o presente momento é susceptível para correta melhoria. Completo e autoritário conhecimento da política corrente e objetivos, mesmo ainda que necessariamente tarde algumas vezes, tornaria capaz o comandante-em-chefe da Esquadra do Pacífico de modificar, adaptar ou mesmo reorientar suas possíveis linhas de ação de acordo com os conceitos vigentes. Isto é particularmente aplicável à corrente situação no Pacífico, onde as carências de um treinamento intensivo para uma Esquadra parcialmente treinada podem ser cuidadosamente balanceadas contra a necessidade de interrupção deste treinamento por disposições estratégicas ou, de outra maneira, para encontrar eventualidades que se aproximem. Além disso, em razão do mesmo fator de distância e tempo, o próprio Departamento não está tão bem informado com a situação local, particularmente a atual situação em desenvolvimento nas ilhas oceânicas, o que torna mais necessário que o comandante da Esquadra do Pacífico seja orientado mais para uma política ampla e objetiva do que por instruções específicas.

É sugerido que se estabeleça o princípio fundamental de que o comandante-em-chefe da Esquadra do Pacífico seja imediatamente informado de toda alteração importante quando ela ocorrer, e pelo meio mais rápido e seguro disponível.

Levei esta carta oficial para Washington em junho de 1941, entreguei-a em mão do chefe de Operações Navais, discuti-a com ele e recebi sua garantia de que seria informado de todas as modificações impor-

* N.T. – Parece que as datas 18 de novembro e 6 de dezembro não estão computáveis.

tantes no cenário político e militar tão logo elas ocorressem e pelo mais rápido e seguro meio disponível.

Um estudo das interceptações das mensagens rádio japonesas durante vários anos permitiu à Marinha ler muitas dessas mensagens. Informações obtidas deste modo eram referidas como "magic" e eram do maior valor quando propriamente utilizadas.

EQUIPAMENTO PARA DECODIFICAÇÃO

Embora os comandantes no Havaí nunca houvessem recebido tal equipamento e pessoal treinado para decodificar correspondências interceptadas dos japoneses, tomei conhecimento, durante as investigações em Washington, de que o comandante-em-chefe da Esquadra da Ásia estava totalmente equipado para decodificá-las utilizando o "magic" quando as interceptasse; também que o Departamento da Marinha em Washington mantinha um sistema de checagem e de suprimento para a unidade de decodificação da Esquadra da Ásia com cópias de interceptações importantes, as quais aquela organização não conseguira obter com suas próprias facilidades. Também tomei conhecimento de que uma quarta unidade deste equipamento, que teria por destino o Comando-em-Chefe da Esquadra do Pacífico, no Havaí, fora desviada para os ingleses no verão de 1941. Os Departamentos da Marinha e da Guerra, em Washington, receberam, cada um deles, um equipamento "magic" e pessoal treinado para decodificar as interceptações.

O cuidado observado para manter o Comando-em-Chefe de nossa Esquadra da

Ásia e os britânicos em Londres informados das intenções dos japoneses enquanto sonegavam essas informações vitais para nossos comandantes em Pearl Harbor nunca foi explicado.

Em julho de 1941, o comandante de Operações Navais enviou-me, no mínimo, sete correspondências, nas quais citava mensagens diplomáticas japonesas interceptadas de Tóquio para Washington, de Tóquio para Berlim, de Berlim para Tóquio, de Tóquio para Vichi e de Cantão para Tóquio. Esses despachos identificavam pelos números as mensagens japonesas que eram citadas e davam literalmente seus textos.

Eu nunca fui informado de qualquer decisão sobre o uso da

inteligência, relativa às mensagens interceptadas, para que não fossem enviadas para mim. De fato os despachos transmitidos pelo Departamento da Marinha na semana anterior ao ataque continham inteligência de mensagens

A mais vital informação das mensagens interceptadas foi negada a mim. Esta falha não somente privou-me de fatos essenciais. Ela desorientou-me

interceptadas. Em 1º de dezembro, um despacho do comandante de Operações Navais, encaminhado a mim como destinatário de informação, citava uma informação de 29 de novembro do embaixador japonês em Bangkok para Tóquio na qual descrevia um plano para atrair os ingleses a invadirem a Tailândia e, deste modo, permitir ao Japão agir na qualidade de seu defensor. Em 3 de dezembro, um despacho para mim do comandante de Operações Navais explicava claramente uma ordem do Japão para agentes diplomáticos e expressamente referia-se a essas ordens como "Circular Vinte e Quatro Quarenta e Quatro". Outro despacho do comandante de Operações Navais, em 3 de dezembro, referia-se a cer-

tas “categóricas e urgentes instruções que foram enviadas ontem para os postos diplomáticos e consulares”.

O Departamento da Marinha estava então engajado na direção de uma conduta que definitivamente dava a impressão de que a inteligência de importantes mensagens interceptadas estava sendo destinada a mim. Sob essas circunstâncias, uma falha em enviar-me informações importantes desse tipo não era meramente uma sonegação de inteligência; ela equivalia afirmativamente a uma intenção de dar-me uma falsa impressão. Eu havia solicitado todas as informações vitais e fui assegurado de que as teria. Eu imaginava estar recebendo-as. Minha estimativa corrente da situação era formada nesses dados. Ainda, de fato, a mais vital informação das mensagens interceptadas foi negada a mim. Esta falha não somente privou-me de fatos essenciais. Ela desorientou-me.

Não fui suprido com qualquer informação contida nas mensagens interceptadas que mostrassem ter o governo japonês dividido Pearl Harbor em cinco áreas e estar procurando informações precisas, como a atracação dos navios da Esquadra nesta área, o que era de vital significado.

Em **24 de setembro de 1941**, o governo japonês instruiu seu cônsul-geral em Honolulu sobre a maneira como desejava as mensagens concernentes aos navios em Pearl Harbor. Essas instruções dividiam Pearl Harbor em cinco subáreas. A cada área foi dado um símbolo alfabético. A área **A** foi prescrita para cobrir as águas entre a Ilha Ford e o Arsenal. A área **B**, aquela prescrita para cobrir as águas ao sul e oeste da Ilha Ford. A área **C** compreendia Este Loch; a área **D**, Middle Loch; a área **E**, Oeste Loch e comunicações com as rotas marítimas. O despacho estabelecia:

“Com respeito aos navios de guerra e navios-aeródromos, gostaríamos de obter

seus relatos daqueles fundeados, atracados ao cais, amarrados à bóia e docados. (Designar abreviadamente tipos e classes. Se possível gostaríamos que mencionasse quando houvesse dois ou mais navios atracados a contrabordo no mesmo cais.)”.

Esse despacho foi decodificado e traduzido em 9 de outubro de 1941. **Esta informação me foi negada.**

Em **29 de setembro de 1941**, Kita, cônsul-geral do Japão em Honolulu, respondeu ao despacho de seu governo, datado de 24 de setembro. Ele descrevia um elaborado e detalhado sistema de símbolos para ser usado a partir de então para localizar os navios em Pearl Harbor. As letras “KS” significariam o dique de reparos do Arsenal. As letras “KT”, as docas da Marinha no Arsenal. As letras “FV” significariam os cais de atracação nas proximidades da Ilha Ford. As letras “FG”, navios atracados à Ilha Ford; os lados este e oeste seriam designados por **A** e **B**, respectivamente. Esse despacho do cônsul-geral foi decodificado e traduzido em 10 de outubro de 1941. **Esta informação nunca me foi transmitida.**

No período crítico antes do ataque, o governo do Japão encaminhou outras instruções significativas para Honolulu. Em 15 de novembro, Togo enviou o seguinte despacho:

“Como as relações entre o Japão e os Estados Unidos estão muito críticas, dê sua ‘informação dos navios no porto’ de modo irregular, porém à razão de duas vezes por semana. Embora você já esteja, sem dúvida, cômico, por favor, tome cuidados extras a fim de manter o segredo.”

Esse despacho foi decodificado e traduzido pela Marinha, em Washington, em 3 de dezembro de 1941. **Esta informação nunca me foi transmitida.**

Em **18 de novembro de 1941**, Togo enviou o seguinte despacho para Honolulu:

“Por favor, noticiem nas seguintes áreas como os navios estão nelas ancorados: Área N, Pearl Harbor, Mamala Bay (Honolulu), e as áreas adjacentes a elas. (Faça sua investigação com o maior cuidado.)”

Este despacho foi decodificado e traduzido em 5 de dezembro de 1941. **Esta informação nunca me foi transmitida.**

Em 18 de novembro de 1941, o cônsul-geral japonês em Honolulu reportou a Tóquio, de acordo com o sistema estabelecido no despacho de Tóquio de 24 de setembro, que na área A encontrava-se um encouraçado da classe *Oklahoma*; que na área O havia três cruzadores pesados fundeados, e também o Navio-Aeródromo *Enterprise*; que dois cruzadores pesados da classe *Chicago* estavam atracados a contrabordo nas docas “KS”. O símbolo “KS”, deverá ser lembrado, foi estabelecido pelo cônsul-geral em setembro, em seu despacho para Tóquio, e designava a doca de reparo no Arsenal de Pearl Harbor. O cônsul-geral descreveu com grandeza de detalhes o rumo tomado por destróieres que entravam no porto, suas velocidades e a distância entre eles, que eles mudaram de rumo cinco vezes, cada mudança com aproximadamente 30 graus, da entrada do porto através da Área B para as bóias na Área C, onde eles atracaram. Esse despacho foi decodificado e traduzido em Washington em 6 de dezembro de 1941. **Esta informação nunca me foi transmitida.**

Em 20 de novembro, Togo, em Tóquio, determinou que Honolulu investigasse compreensivelmente bases navais nas vizinhanças das instalações militares no Havá. Esse despacho foi decodificado e traduzido no dia 4 de dezembro. **Esta informação nunca me foi transmitida.**

Novamente em 29 de novembro, Tóquio enviou o seguinte despacho para Honolulu:

“Nós temos recebido notícias suas sobre navios em movimento, porém, no futuro, você enviará também, mesmo quando não houver movimentação”. Esse despacho foi decodificado e traduzido em 5 de dezembro. **Esta informação nunca me foi transmitida.**

Dentro do volume das mensagens interceptadas vindas à tona e das informações sobre a segurança das instalações e movimentação dos navios, aquelas concernentes a Pearl Harbor, em e depois de 24 de setembro de 1941, destacam-se das outras. Nenhuma baía ou base no território americano ou possessões foi dividida em subáreas pelo Japão. Em nenhuma outra área o governo japonês procurou informações sobre se dois ou mais navios estariam atracados a contrabordo no mesmo cais. Antes do despacho de 24 de setembro, as informações que os japoneses desejavam e obtiveram sobre Pearl Harbor seguiam o padrão geral de seu interesse na Esquadra americana em outras localidades. Não causava surpresa esse tipo de espionagem convencional. Com o despacho de 24 de setembro, e aqueles que o seguiram, houve uma significativa e ominosa mudança no caráter das informações que o governo japonês buscava e obtinha. A espionagem então direcionada foi de um caráter diferente e fora do domínio de razoáveis suspeitas. Não foi meramente dirigida para determinar, de modo geral, o paradeiro dos navios da Esquadra. Ela foi dirigida para a presença de determinados navios em áreas específicas, aos mínimos detalhes, como aqueles que davam conta de que navios estavam atracados a contrabordo no mesmo cais.

No período que imediatamente precedeu o ataque, o cônsul-geral no Havá dirigiu-se a Tóquio mesmo quando não havia movimentação de navios entrando ou sa-

* N.T. - Parece ao articulista que as datas 18 de novembro e 6 de dezembro não estão compatíveis.

indo de Pearl Harbor. Essas instruções e informações japonesas apontavam para um ataque aos navios americanos na Base.

A informação era baseada e obtida com extremo cuidado nos detalhes. Não tinha nenhuma outra concebível utilidade de um ponto de vista militar. Sua utilidade estava no planejamento e execução de um ataque a navios no porto. Sua efetividade estaria completamente sem efeito se os navios deixassem suas atracções em Pearl Harbor.

Ninguém tinha interesse mais direto e imediato quanto à segurança da Esquadra em Pearl Harbor que seu comandante-em-chefe. Ninguém tinha direito maior do que eu de saber que o Japão havia dividido Pearl Harbor em subáreas e estava buscando e obtendo informações precisas sobre os navios lá estacionados. Eu havia, anteriormente, no início do ano, recebido as informações do Sr. Grew*, com recomendações positivas do Departamento da Marinha, de que nenhum crédito deveria ser dado a tais rumores de ataque a Pearl Harbor. Foi-me dito, então, que nenhum movimento contra Pearl Harbor parecia “imminente ou planejado para um futuro previsível”. Certamente encontrava-me na relação daqueles que deveriam saber quando uma informação no Departamento da Marinha alterava a informação e a recomendação previamente a mim encaminhada. Seguramente estava na relação para saber dos despachos interceptados entre Tóquio e Honolulu em e após 24 de setembro de 1941, os quais indicavam que uma ação japonesa contra Pearl Harbor estava sendo planejada.

Os conhecimentos dessas interceptações teriam alterado radicalmente a estimativa da situação feita por mim e meu estado-maior. Ele teria sugerido a reorientação do planejamento das operações no início das hostilidades. Os planos de guerra do Departamento

da Marinha e da Esquadra do Pacífico, assim como as diretivas e informações oriundas de Washington antes do ataque, indicavam que a Esquadra do Pacífico poderia ser empregada mais efetivamente contra o Japão através de ações diversionárias nas Marshall quando os japoneses atacassem a Barreira Malaia. O conhecimento de um provável ataque a Pearl Harbor teria oferecido uma oportunidade de emboscar a força de ataque japonesa quando ela para lá se dirigisse. A sabedoria teria sugerido a concentração de nossos recursos para esse fim, em lugar de conservá-los para a expedição às Ilhas Marshall.

Tentativas foram feitas durante a investigação no Congresso para indicar que as informações pedidas e recebidas sobre a atracção dos navios em Pearl Harbor decorriam de evidente paixão japonesa para detalhes, que informações similares foram determinadas para outras localidades. Todavia, nunca um mínimo de evidência para sustentar este argumento foi sequer apresentado. Detalhes de instalações sem importância foram pedidos; porém os detalhes sobre atracção dos navios em Pearl Harbor, os quais seriam úteis por uma hora ou um dia, eram de uma categoria inteiramente diferente.

É interessante notar que o General Willoughby, à página 22 do seu livro *MacArthur 1941-1951*, cita parte de uma transcrição de um membro do estado-maior de MacArthur.

“...Era sabido que o cônsul japonês em Honolulu transmitia para Tóquio dados sobre a movimentação dos navios em geral. Em outubro, suas instruções foram modificadas. Tóquio desejava agora informações específicas, em lugar de reports gerais. Em novembro, as informações diárias estavam contidas em um sistema de grades do interior do porto com coordena-

* N.T. – Embaixador dos EUA em Tóquio.

nadas que localizavam as unidades militares americanas; isto, certamente, não era um caso de curiosidade militar; a coordenada de grade é um método clássico para a localização de alvos; nossos encouraçados subitamente tornaram-se alvos. Spencer Akin ficou ansioso desde o início. Nós tiramos nossas conclusões e as tropas filipino-americanas posicionaram-se nas praias bem antes do desembarque japonês.”

Se o estado-maior de MacArthur, que não tinha responsabilidade quanto a Pearl Harbor, estava preocupado com estas informações, é impossível entender como seu significado escapou a todo o talento nos Departamentos da Guerra e da Marinha em Washington.

A interceptação das mensagens sobre a atracação dos navios em Pearl Harbor também tornaram claro o significado de outras interceptações decodificadas e traduzidas pelo Departamento da Marinha antes do ataque. Refiro-me particularmente aos despachos interceptados que estabeleciam a data limite para o acordo entre o Japão e os Estados Unidos. Quando esta data passou sem acordo, esses despachos revelaram que o plano japonês entrava em vigor automaticamente.

A data-limite foi primeiramente estabelecida pelo despacho nº 736, de Tóquio para Washington, de 5 de novembro de 1941. Nesse despacho o governo japonês instruiu seus embaixadores em Washington como se segue:

“Em razão de diversas circunstâncias, é absolutamente necessário que todos os arranjos para a assinatura deste acordo estejam prontos no dia 25 deste mês. Eu compreendo que esta é uma ordem difícil, porém, sob as circunstâncias, é inevitável. Por favor, entenda isso cuidadosamente e ataque com resolução o problema a fim de evitar que as relações entre o Japão e os Estados Unidos caiam em condições caóticas. Faça isso com grande de-

terminação e com o maior esforço, eu lhe peço. Esta informação é para ser mantida estritamente com o senhor.”

Esse despacho foi decodificado e traduzido pela Marinha na data de sua origem, 5 de novembro de 1941. **Esta informação nunca foi passada para mim.**

A data final foi reiterada em despacho de Tóquio para Washington em 11 de novembro. Ele estabelecia:

“Julgando pelo progresso das conversações, tudo indica que os Estados Unidos ainda não estão completamente cientes da situação extremamente crítica aqui. O fato é que a data estabelecida em minha mensagem 736 é absolutamente definitiva nas presentes condições. É uma definitiva data-limite e dessa maneira é essencial que um acordo seja encontrado dentro desse período de tempo. A sessão do Parlamento abre no dia 15, e os trabalhos terão início no dia seguinte, de acordo com o programado. O governo deve ter um claro conhecimento da conjuntura ao apresentar o caso na sessão. Você pode ver, portanto, que a situação está se aproximando de um clímax, e que o tempo está obviamente tornando-se escasso...”

Esse despacho foi decodificado e traduzido pelo Departamento da Marinha em 12 de novembro. **Essa informação nunca me foi transmitida.**

A data-limite foi novamente enfatizada em um despacho de Tóquio para Washington em **15 de novembro**, que estabelecia:

“... Qualquer que seja o caso, permanece o fato de que a data estabelecida em minha mensagem 736 é absolutamente irremovível. Por favor, então faça os Estados Unidos verem a luz, a fim de tornar possível a assinatura do acordo naquela data.”

Esse despacho foi decodificado e traduzido pelo Departamento da Marinha na data de sua origem, 15 de novembro. **Esta informação nunca me foi transmitida.**

A data-limite foi, novamente, reiterada, com grande ênfase sobre sua importância, em **16 de novembro**. Um despacho de Tóquio para Washington nesta data foi como se segue:

“Para que honres sua informação.

1 – Eu tenho lido sua mensagem 1.090 e esteja seguro que você tem toda minha gratidão pelos esforços envidados, porém o destino de nosso Império está sustentado por um tênue fio de uns poucos dias, por favor, lute mais arduamente do que você jamais fez anteriormente.

2 – Em sua opinião nós devemos esperar e ver o rumo que a guerra toma e permanecermos pacientes. Todavia, eu desculpo-me lamentando ao dizer que a situação deixa seu pensamento fora de questão. Estabeleci a data final para a solução desta negociação em minha mensagem 736 e não haverá alteração. Por favor, tente entender isto. Você vê quão curto encontra-se o tempo; assim sendo, não permita que os Estados Unidos conduzam-nos e atrasem as negociações ainda mais. Pressione-os por uma solução na base de nossas propostas e faça o melhor de sua parte para encontrar uma solução imediata.”

Esse despacho foi decodificado e traduzido em 17 de novembro. **Esta informação nunca me foi transmitida.**

A data-limite foi definitivamente estendida, em **22 de novembro**, por um período de quatro dias. Nessa data, um despacho de Tóquio para Washington instruiu Nomura e Kurusu*:

“É extremamente penoso para nós considerar a mudança da data estabelecida na mensagem 736. Você deveria saber disto; contudo, sei que você está trabalhando duro. Permaneça firme em nossa política e faça mais que o melhor. Não meça esforços e tente obter a solução por nós desejada.

Há razões além de sua habilidade para achar por que nós queríamos preservar as relações nipo-americanas até o dia 25, porém dentro dos próximos três ou quatro dias você pode encerrar suas conversações com os americanos. Se a assinatura puder ser realizada pelo dia 29 (deixe-me escrever para você – vinte e nove); se as notas pertinentes puderem ser trocadas; se nós pudermos conseguir um entendimento com a Grã-Bretanha e a Holanda; e, em resumo, se tudo puder ser concluído, nós decidimos esperar até essa data, que absolutamente não poderá ser alterada. Após, os eventos acontecerão automaticamente. Por favor, tome isto na sua mais cara consideração e trabalhe mais duro do que nunca. Esta é para conhecimento de somente os dois embaixadores.”

Este despacho foi decodificado e traduzido na data de sua origem, 22 de novembro de 1941. **Esta informação nunca me foi transmitida.**

Novamente, em **24 de novembro**, Tóquio instruiu especificamente seus embaixadores que a data-limite de 29 de novembro será na hora de Tóquio. Este despacho foi decodificado e traduzido em 24 de novembro, na data de sua origem. **Esta informação nunca me foi transmitida.**

Em pelo menos seis despachos, em 5, 11, 15, 16, 22 e 24, o Japão estabeleceu a data-limite de 25 de novembro, depois a postergou para 29 de novembro. Os despachos deixaram claro que depois desta data o planejamento japonês entraria automaticamente em operação. O plano era de tal importância que, na medida em que a data-limite se aproximava, o governo japonês declarou: “A sorte de nosso Império está sustentada por um tênue fio de uns poucos dias”.

Quando a **data-limite de 29 de novembro** foi atingida sem acordo entre Estados Unidos e Japão, não houve outra prorro-

* N.A – Embaixadores do Japão.

gação. Os despachos interceptados indicavam que a crise aprofundar-se-ia em sua intensidade após essa data. Em 1º de dezembro, Tóquio avisou a seus embaixadores em Washington: “A data contida em minha mensagem nº 812 sofreu idas e vindas, e a situação continua a ser extremamente crítica”. Esta mensagem foi traduzida pela Marinha em 1º de dezembro. **Esta informação nunca me foi transmitida.**

Um despacho japonês de Tóquio para Washington datado de **28 de novembro** deixou claro que a proposta americana de 26 de novembro era totalmente insatisfatória para o Japão e que uma ruptura das negociações ocorreria quando do recebimento da resposta japonesa. O despacho de 28 de novembro, decodificado e traduzido no mesmo dia, estabelecia:

“Bem, os senhores dois embaixadores exerceram esforços sobre-humanos; porém, apesar disso, os Estados Unidos continuaram adiante e apresentaram esta proposta humilhante. Isto foi um tanto inesperado e extremamente lamentável. O Governo Imperial, de nenhuma maneira, pode usá-la como base para negociações. Desse modo, com uma resposta do Governo Imperial sobre esta proposta que será enviada em dois ou três dias, as negociações estarão de fato rompidas. É inevitável...”

Esta informação nunca me foi transmitida.

Os comandantes em Pearl Harbor nunca foram mantidos informados do progresso das negociações com o Japão. Nunca tomei conhecimento do texto da mensagem do Sr. Hull*, de 26 de novembro de 1941, para o governo japonês, a qual tem sido com frequência referida como um ultimato. Este foi um documento importantíssimo. Ele estabelecia a política dos Estados Unidos

que seria conduzida pela força, se necessário. O Sr. Stimson** referiu-se a esta mensagem como uma decisão do Sr. Hull “para chutar tudo para o alto”. Entre outros termos, a nota estabelecia:

“O governo do Japão retirará todas as forças terrestres, navais, aéreas e policiais da China e Indochina.

Os governos dos Estados Unidos e do Japão não darão apoio militar, político e econômico – senão ao governo e regime da República Nacionalista da China, com a capital temporariamente em Chungking.

Ambos os governos concordarão que nenhum acordo que um ou outro concluírem com um terceiro poder ou poderes será interpretado por eles de tal modo que não conflite com o propósito fundamental deste acordo, o estabelecimento e a preservação da paz no Pacífico.”

A resposta japonesa a esta mensagem foi liberada em Washington algumas horas antes do ataque a Pearl Harbor. Os comandantes em Pearl Harbor não receberam os textos das mensagens anteriormente trocadas entre os governos dos Estados Unidos e do Japão. As informações sobre esses assuntos foram obtidas pelo noticiário de rádios e jornais. **Eu agora acredito que os correspondentes e os editores de nossos principais jornais estavam muito melhor informados sobre o quão séria encontrava-se a situação do que os comandantes em Pearl Harbor.**

Após o recebimento por Tóquio da nota americana de 26 de novembro, os despachos interceptados dos japoneses mostram que o Japão depositava grande importância na continuação das negociações para esconder dos Estados Unidos qualquer plano que, de modo automático, iniciaria em 29 de novembro. Assim, o despacho

* N.T. – Secretário de Estado.

** N.T. – Secretário da Guerra.

de Tóquio para Washington de 28 de novembro determinava cautela aos embaixadores japoneses em Washington:

"... Eu não desejo dar a vocês a impressão de que as negociações estão rompidas. Diga a eles, apenas, que vocês aguardam instruções e que, embora a opinião de seu governo ainda não esteja clara para vocês, em seus próprios juízos o Governo Imperial tem sempre feito justos pronunciamentos e, pacientemente, grandes sacrifícios para manter a paz no Pacífico..."

Esta informação foi negada a mim.

Novamente o despacho de Tóquio para Washington em **1º de dezembro de 1941**,

que orientava os embaixadores japoneses sobre a data final estar indo e vindo e que a situação continuava a ser crítica, continha outra informação:

"... para prevenir que os Estados Unidos se tornem suspeitos de

que algo venha a acontecer, estamos informando à imprensa e a outros que, embora existam algumas grandes diferenças entre o Japão e os Estados Unidos, as negociações estão continuando (o acima é somente para sua informação)"

Esta informação nunca me foi transmitida.

Novamente, em conversação telefônica trans-Pacífico interceptada em 27 de novembro e traduzida pelo Departamento da Marinha em 28 de novembro, Yamamoto*, em Tóquio, explicitamente instruiu Kurusu: "A respeito das negociações, não as encerre".

Em outra conversação telefônica trans-Pacífico entre Kurusu e Yamamoto, interceptada e traduzida pela Marinha em 30 de

novembro, Kurusu notou a mudança de atitude com respeito à duração das negociações entre os americanos e japoneses. Antes da data-limite, Kurusu e Nomura foram pressionados por Tóquio sobre a urgência para concluir as negociações. Agora estavam sendo instruídos para mantê-las. Kurusu perguntou: "É para continuar as negociações com os americanos?". Yamamoto respondeu: "Sim". Kurusu então disse: "Você as considerava muito urgentes antes, não era assim; porém agora você quer que as continuemos. Nós precisaremos do seu auxílio. Ambos, o primeiro-ministro e o ministro das Relações Exteriores,

necessitarão mudar o tom de seus discursos !!! Você entendeu-me? Por favor use mais discrição".

As informações sobre essas conversações telefônicas nunca me foram transmitidas.

Novamente, em 29

de novembro, um despacho interceptado de Tóquio continha prudência no diálogo a ser mantido com os Estados Unidos. A seguinte instrução o acompanhava: "... Ao levar adiante essas instruções, por favor, seja cauteloso para que elas não levem para qualquer coisa como a quebra das negociações...". Esse despacho foi decodificado e traduzido pela Marinha em 30 de novembro e **nunca me foi transmitido.**

Os despachos diplomáticos interceptados mostram que em e depois de 29 de novembro o plano de ação japonês automaticamente havia iniciado; que o plano era de tal importância que envolvia a sorte do império; e que o Japão queria urgentemente que os Estados Unidos acreditassem que as negociações ainda continuariam depois

**O Japão preparava o
ataque de surpresa.
Tentava iludir os EUA.
Só não sabia que os
EUA sabiam**

* N.T. - Ministro das Relações Exteriores do Japão.

da data-limite para encobrir suspeitas sobre a natureza do plano.



O Japão preparava o ataque de surpresa. Tentava iludir os EUA. Só não sabia que os EUA sabiam.



Qual era esse plano? Por que tão elaboradas instruções para prolongar as negociações como um pretexto para ocultar o conhecimento do plano? Qualquer um, lendo as mensagens japonesas interceptadas, levantaria estas questões.

Certamente o plano japonês, tão cuidadosamente encoberto, que automaticamente entrou em ação em 29 de novembro, dificilmente poderia ser a movimentação militar na Indochina. "... nenhum esforço foi realizado para mascarar os movimentos ou a presença das Forças Navais navegando para o sul, pois a observação física deste movimento era previsível e a atividade rádio dessas forças proferia uma desejável semelhança de normalidade. A movimentação de tropas para o sul da Indochina constituiu o tema de trocas diplomáticas formais entre os governantes do Japão e dos Estados Unidos".

Em 2 de dezembro, o Sr. Welles entregou aos Srs. Nomura e Kurusu uma comunicação que o Presidente dos Estados Unidos desejava transmitir-lhes. Esta comunicação foi como se segue:

"Eu tenho recebido notícias, durante os últimos dias, sobre a continuada movimentação de tropas japonesas para a Indochina. Esses avisos indicam um crescimento muito rápido de material nas forças das três armas estacionadas pelo Ja-

pão na Indochina. ...Tal estacionamento parece implicar a sua utilização pelo Japão para propósito de outras agressões, desde que tal quantidade não seria requerida para o policiamento da região. Tal agressão seria imaginável contra as Filipinas, contra diferentes ilhas das Índias Ocidentais, contra Burma, contra a Malaia ou através da coerção da Tailândia...

Por favor, tenha a bondade de solicitar ao embaixador japonês e ao embaixador Kurusu para inquirirem, uma vez por todas, ao governo japonês qual a atual razão, talvez, para passos já tomados, e como devo considerar a política japonesa demonstrada pela recente e rápida concentração de tropas na Indochina."

Então, era aparente ao governo japonês, por esta representação formal dos Estados Unidos, que nosso governo estava cômico da movimentação na Indochina. Os Estados Unidos expressaram suas preocupações sobre potenciais ações japonesas contra as Filipinas, as Índias Ocidentais, a Malaia ou a Tailândia. Havia, desse modo, muito pouca razão para o Japão manter em discussão um pretexto de negociação com o propósito de esconder esses objetivos.

Conseqüentemente, com o tempo passando pelo dia 29 de novembro, e o Japão insistindo na continuação das negociações sob o pretexto de afastar as suspeitas dos Estados Unidos, deveria ter sido aparente para um atento estudioso das mensagens interceptadas que o Japão, na data-limite de 29 de novembro, colocara em ação uma operação que demandaria um razoável intervalo de tempo, antes que seus resultados se tornassem claros para o governo dos EUA, e que poderia ser susceptível de cancelamento em suas fases iniciais.

As mensagens como as dos locais de atracação dos navios em Pearl Harbor teri-

am então dado ao leitor desses despachos interceptados uma percepção da provável direção do plano que entrou em efeito automaticamente em 29 de novembro e o qual o Japão estava tão ansioso em esconder. Todos esses despachos, analisados em conjunto, teriam apontado para Pearl Harbor como o provável objetivo deste plano. Ainda porque eu não havia recebido esses despachos e nem, de uma forma sumária, nenhuma indicação sobre a data-limite da automática execução do plano nesta data pelo Japão, e a continuação das negociações depois dela como um pretexto para esconder o plano, eu fiquei impossibilitado de fazer essas deduções, que os despachos, como um todo, auxiliar-me-iam, e até mesmo indicar-me-iam.

Depois de 27 de novembro, houve um crescimento na intensidade da crise entre as relações nipo-americanas que se tornavam aparentes nos despachos interceptados. Foi comunicado em 27 de novembro que as negociações haviam cessado e, dois dias mais tarde, que aparentavam estar terminadas com a mínima possibilidade de serem reassumidas. Então fui deixado ao sabor da leitura do noticiário sobre conversações entre o Departamento de Estado e os emissários japoneses em Washington, as quais indicavam que as negociações haviam sido reassumidas.

O Departamento da Marinha soube imediatamente das reações de Nomura e Kuru su em relação à nota americana de 26 de novembro: “Nossos esforços e humilhações são completos”. E também da reação do governo japonês à nota americana de 26 de novembro. O Japão assim se expressou:

“Uma proposta humilhante. Ela foi um tanto inesperada e extremamente lamentável. O Governo Imperial, de modo algum, pode usá-la como base das negociações.

Assim sendo, com uma informação da posição do Governo Imperial sobre essa proposta americana que será encaminhada em dois ou três dias, as negociações estarão de fato rompidas. Isto é inevitável.”

O Departamento da Marinha sabia que Nomura e Korusu sugeriram ao governo do Japão, em 26 de novembro, um caminho para salvar a situação – um telegrama do Presidente para o Imperador.

O Departamento da Marinha sabia que o governo japonês, em 28 de novembro, respondera a Nomura e Kuru su que o sugerido telegrama do Presidente para o Imperador não oferecia esperanças: “O que sugerem é inteiramente impensável”.

O Departamento da Marinha sabia que, em 30 de novembro, o Japão dera à Alemanha uma versão detalhada das negociações com os Estados Unidos. O Japão estabeleceu que “a continuação das negociações seria inevitavelmente prejudicial a nossa causa “e destacara certas partes importantes da proposta americana de 26 de novembro como “insultantes”, “claramente um logro”. O Japão concluiu que os Estados Unidos decidiram olhá-lo como um inimigo.

O Departamento da Marinha sabia que o Japão havia instruído seu embaixador em Berlim, em 30 de novembro, que informasse a Hitler:

“As conversações começaram entre Tóquio e Washington no último abril... agora mostram-se rompidas, quebradas. Diga muito secretamente para eles (Hitler e Ribbentrop) que existe um extremo perigo de que a guerra pode repentinamente começar entre as nações anglo-saxônicas e o Japão, e acrescente que o tempo para o início dessa guerra pode ocorrer mais cedo do que alguém sonhe.”*

Todas essas informações vitais chegaram de despachos interceptados, decodifi-

* N.T. – Ministro das Relações Exteriores da Alemanha.

cados e traduzidos em Washington, ou no mesmo dia em que foram transmitidos em dois ou três dias mais tarde. **Nenhuma dessas informações me foi transmitida.**

Em 19 de novembro de 1941, o governo japonês criou um sistema para informar seus representantes no exterior sobre a data em que o Japão cortará relações diplomáticas ou irá à guerra com os Estados Unidos, Grã-Bretanha ou Rússia. Esta decisão será conhecida por meio de uma falsa previsão do tempo emitida por rádio *broadcast* do Japão. As palavras “*east wind rain*” em *broadcast* significam que o Japão decidiu cortar relações com os Estados Unidos. As palavras “*west wind clear*”, que estas ações seriam contra a Inglaterra. As palavras “*north wind cloudy*”, que seriam contra a Rússia.

A interpretação dessas transmissões era considerada pelo Departamento da Marinha da maior importância. Todas as facilidades da Marinha foram colocadas para saber o mais rápido possível quando a mensagem sobre a falsa previsão do tempo fosse emitida e que frase em código usada. Medidas extraordinárias foram estabelecidas no Departamento da Marinha para que fossem transmitidas as palavras usadas na transmissão, para as mais altas autoridades, tão logo elas fossem conhecidas.

A Corte Naval de Inquérito ouviu evidências substanciais de várias testemunhas sobre a questão de o Japão haver transmitido ou não o código dos ventos. A Corte Naval de Inquérito consignou os fatos sobre esse assunto como abaixo:

“Em 4 de dezembro foi interceptada, pelo Departamento da Marinha, uma transmissão japonesa em broadcast empregando esse código. Embora essa notificação

fosse sujeita a duas interpretações, ou rompimento das relações diplomáticas com os Estados Unidos ou guerra, ela não foi transmitida para o comandante-em-chefe da Esquadra do Pacífico, ou a qualquer outro dos comandantes no mar.

Era sabido no Departamento da Marinha que os comandantes-em-chefe das Esquadras do Pacífico e da Ásia estavam monitorando as transmissões japonesas em broadcast na busca desse código, e aparentemente houve um engano no Departamento da Marinha que deu a impressão de que a mensagem fora também interceptada em Pearl Harbor, quando na verdade ela nunca fora lá interceptada. Nenhum esforço foi realizado pelo Departamento da Marinha para certificar-se se essa informação havia sido obtida pelo comandante-em-chefe da Esquadra do Pacífico e por outros comandantes-em-chefe.

O Almirante Stark testemunhou que desconhecia o assunto, embora o Almirante Turner houvesse dito que estava familiarizado com ele, e presumia que o Almirante Kimmel também estivesse. Esta mensagem não foi localizada no Departamento da Marinha.”

As conclusões chegadas pela Corte Naval de Inquérito quanto a este assunto foram confirmadas pelas evidências apresentadas para o Comitê de Investigação Conjunta do Congresso.



Robert B. Stinnett, em seu livro *Day of Deceit, the truth about FDR and Pearl Harbor*, dá sua versão sobre o “Código dos Ventos”.

* N.T. – Da documentação por mim consultada, o livro de Robert B. Stinnett é, sem dúvida, o mais completo relato sobre a tragédia que se abateu sobre Pearl Harbor. Segundo Tom Rooser, do *Chicago Sun Times*, “é, talvez, o mais revelador dos documentos de nosso tempo”. Escreve John Atteriam, do *Detroit News*: “Apoiado em 17 anos de pesquisa e usando mais de 200 mil entrevistas e documentos desclassificados [para mim, feito notável], Stinnett faz devastadoras revelações...”.

O Congresso investigava detalhes do código 5-Num da Marinha japonesa (JN 25 na Marinha dos Estados Unidos), durante as investigações 1945-46. O senador Homer Ferguson (Partido Republicano – Michigan) inquiriu sobre as interceptações das mensagens codificadas pelo 5-Num (JN 25). Sua intenção foi desviada pelos membros democratas do comitê, que constituíam maioria. Em lugar de produzirem as interceptações dos 5-Num, introduziram o duvidoso “Código dos Ventos”.

Porém não existem provas de que o “Código dos Ventos” tenha sido transmitido pelo Japão.

Em **28 de novembro**, o ministro do Exterior do Japão, pela primeira vez, detalhou o hoje desacreditado “Código dos Ventos”, em mensagem secreta via rádio para os seus postos e missões diplomáticas. Antecipando-se a que suas comunicações pudessem ser interceptadas, o ministro elaborou frases com significados secretos para indicar o começo da guerra. A direção do vento seria a palavra-chave a ser transmitida em noticiário de rotina sobre a previsão do tempo pela rádio de Tóquio.

Notícias sobre o “Código dos Ventos” criaram sensacionalismo na mídia durante as audiências no Congresso. Os repórteres concentraram-se no “Código dos Ventos” e perderam o interesse nas menos fantásticas interceptações da Marinha. A controvérsia esvaziou-se quando o Congresso tomou conhecimento de que o Japão jamais transmitira as mensagens sobre o tempo. Enquanto isso, as mensagens da Marinha no código 5-Num (JN 25) foram esquecidas. Todas as interpretações da Marinha Imperial permaneceram trancadas nos arquivos até 1979, quando o Presidente Jimmy Carter liberou um pequeno número de traduções para o inglês de mensa-

gens anteriores a Pearl Harbor para o Arquivo Nacional. Mesmo esta cautelosa ordem de desclassificação foi desobedecida pelos chefes da National Security Agency (NSA), que retiraram todas as referências aos sistemas de códigos antes que elas fossem liberadas dos arquivos.

Registra Stinnet: “...Hoje”, a maioriadas interceptações pré-Pearl Harbor, ainda cuidadosamente escondidas, referem-se ao código 5-Num usado pela Marinha do Japão”.



Segundo várias mensagens interceptadas, fica claro que o ponto alto da crise nas relações entre o Japão e os Estados Unidos ocorreu quando os japoneses responderam à nota americana de 26 de novembro. A Corte Naval de Inquérito assim registrou o fato:

“A resposta da nota americana era ansiosamente aguardada pelos altos escalões dos Departamentos da Guerra e da Marinha em razão do sentimento de que o Japão não aceitaria as condições apresentadas, e que as relações diplomáticas seriam rompidas ou que a guerra seria declarada.”

Na tarde de 6 de dezembro, foi interceptado, decodificado e traduzido no Departamento da Marinha um despacho do Japão para seus embaixadores em Washington, conhecido como a “mensagem piloto”. Ela estabelecia:

“1 – O Governo considerou profundamente a proposta americana de 26 de novembro e, como consequência, redigiu um memorando para os Estados Unidos que estará contido em mensagem separada nº 902 (em inglês).”

* N.A – Hoje, 2001.

2 – Esta mensagem separada é muito longa. Será enviada em 14 partes, e imagino que você a receberá amanhã. Todavia, não estou certo. A situação é extremamente delicada, e quando a receber eu quero que a mantenha secreta.

3 – No que concerne à data da apresentação do memorando para os Estados Unidos, eu informá-lo-ei em outra mensagem. Todavia eu quero que nesse meio tempo você coloque-o em forma de rascunho, de modo polido, e prepare-se para apresentá-lo aos americanos tão logo receba instruções.”

As primeiras 13 partes da resposta japonesa foram interceptadas e recebidas no Departamento da Marinha cerca de 3 horas da tarde, em 6 de dezembro de 1941; foram traduzidas e consideradas prontas para distribuição às 9 horas da noite, hora de Washington, no mesmo dia. Essas 13 partes foram escritas em linguagem forte. As seguintes expressões são quase uma constante do seu conteúdo:

“O Governo americano, obcecado com o seu próprio ponto de vista e suas opiniões, talvez para ser seu planejamento para a extensão da guerra [parte 9] ... está exercendo em conjunto com a Grã-Bretanha e outras nações pressão através do poder econômico. Recorrer a tal modo de pressão como um meio de negociação nas relações internacionais deveria ser condenado porque é mais desumano do que a pressão militar [parte 9]... É um fato histórico que os países (do leste da Ásia, nos últimos cem anos ou mais), têm sido compelidos a observar o status quo sob a política anglo-americana de exploração imperialística e se sacrificarem para o progresso dessas duas nações... [parte 10].”

O senhor Hull descreveu o documento em sua totalidade em 7 de dezembro:

“Nos meus 50 anos de serviço público, eu nunca vi um documento que contivesse tantas infamantes falsidades e distorções

– infamantes falsidades e distorções em uma escala tão grande que nunca imaginei, até hoje, que qualquer governo neste planeta fosse capaz de dizê-las.”

As 13 partes e a mensagem piloto instruindo os embaixadores, cuja hora exata para a entrega ao governo americano será fixada posteriormente, teriam um único significado, o de que a guerra com os Estados Unidos era iminente. Uma hora foi fixada para a entrega do ultimato japonês e para o provável início das hostilidades. A hora fixada seria comunicada aos emissários japoneses em Washington em mensagem separada, a ser expedida em seguida. **Nenhuma palavra dessa evolução crítica no sábado, 6 de dezembro, foi a mim enviada.** Esta informação vital, disponível às 9 horas de Washington, foi distribuída para os membros mais importantes do governo em Washington por volta da meia-noite. O presidente dos EUA teve conhecimento. Ainda tiveram conhecimento o secretário da Marinha, o chefe da Inteligência Militar e o diretor da Inteligência da Marinha. Aparentemente, o secretário da Guerra e o secretário de Estado foram **avisados** (grifo do tradutor) sobre este momentoso evento na mesma noite.

Nove da noite em Washington correspondia a 3 e meia da tarde no Havaí. Meia-noite em Washington era o início da noite no Havaí, 18h30.

“ISTO SIGNIFICA GUERRA”

Quando a 13ª das 14 partes da mensagem interceptada foi entregue para o Sr. Roosevelt **em torno das 9 horas da noite**, hora de Washington, em **6 de dezembro**, ele virou-se para Harry Hopkins e sublinhou: “Isto significa guerra”. Ainda o comandante de Operações Navais, que provavelmente tinha a informação contida nas 13 partes na tarde de sábado, porém, certamente a

possuía, e também a 14ª parte e a hora (1 hora da tarde) da entrega ao governo americano, às 9 horas da manhã de domingo, **7 de dezembro, mais de quatro horas antes do ataque, nada fez, ou para alertar-me ou para dar-me informações disponíveis.**

FALHAS DE MEMÓRIA

O General Marshal e o Almirante Stark de- puseram que não se lembravam onde se en- contravam na tarde de 6 de dezembro e tam- bém que não haviam visto as 13 primeiras par- tes nessa data. O General Marshal afirmou que a primeira vez que ele tomou conhecimento das 13 partes foi ao chegar ao seu gabinete na manhã de 7 de dezembro, quando a 14ª parte e a mensagem da hora da entrega, as quais ha- viam sido decodificadas antes das 9 horas da manhã, também estavam disponíveis. Quan- do Stark recebeu essas mensagens nunca fi- cou definitivamente estabelecido. O Capitão- de-Mar-e-Guerra McCollum testemunhou que, cerca das 9 horas da manhã do dia 7 de dezem- bro, ou um pouco mais cedo, quando ele e o Almirante Wilkinson discutiam-nas com Stark, um de seus oficiais entregou-lhes a 14ª parte e também a mensagem que determinava 1 hora da tarde para sua entrega ao Governo dos Es- tados Unidos. O significado da hora de entre- ga foi ressaltado para o Almirante Stark por- que 1 hora da tarde em Washington correspondia a 7h30 da manhã em Honolulu e 2 horas da madrugada em Manila.

O TESTEMUNHO DO CMG MCCOLLUM

O Comandante Arthur N. McCollum foi o chefe da seção do Extremo Oriente da Divisão da Inteligência Naval, no Departamento da Marinha em Washington, de se- tembro de 1939 até outubro de 1942.

CMG McCollum: "Tarde da noite de sábado, se me lembro corretamente, haví- amos recebido 13 das partes. Elas foram logo transmitidas para o secretário de Estado, para o Presidente, para o coman- dante de Operações Navais e para o De- partamento da Guerra.

Cedo, na manhã de domingo, quando cheguei ao meu gabinete, onde tínhamos um serviço especial durante 24 horas des- de o começo de novembro, a 14ª parte es- tava chegando; e quando o Almirante Wilkinson e eu discutíamos a situação, cerca das 9 horas da manhã de domingo, ou possivelmente mais cedo, próximo das 8h30, com o Almirante Stark, a instrução que destinava a apresentação da nota para o secretário de Estado havia sido trazida e mostrada ao Almirante Stark, que imediatamente telefonou para a Casa Branca, e a primeira cópia foi entregue ao secretário de Estado e à Casa Branca. Nesse momento, o possível significado da hora da entrega foi frisado para todos. Em outras palavras, foi salientado que 1 hora da tarde em Washington significava cerca de 8 horas da manhã em Honolulu."

Alte. Hewitt: "7h30."*

CMG McCollum: "7h30, sim senhor, é muito cedo da manhã no Extremo Oriente, cedo nas Filipinas e redondezas; e que nós não sabíamos o que isto significava. Porém, se um ataque fosse iminente, pare- cia que o momento era este, e que estaria programado para operações lá no Extre- mo Oriente e, possivelmente, ao mesmo tempo no Havaí. Não tínhamos como sa- ber, porém, em razão do fato de que a hora exata da entrega da nota havia sido enfatizada aos embaixadores, sentíamos que importantes acontecimentos poderi- am acontecer naquele instante, e que isso fora ressaltado não somente para o Almi-

* N.A - O CMG McCollum testemunhava perante a Comissão Hewitt.

rante Stark, porém eu sei que também o fora para o secretário de Estado. Eu estava presente e também mostrei ao Almirante Stark a nota que foi levada com instruções para que fosse transmitida ao secretário de Estado."

OCMG McCollum também testemunhou:

1 – Em 1º de dezembro, ele preparou e submeteu uma mensagem de alarme para ser transmitida à Esquadra. Ela não foi enviada.

2 – Novamente, em 4 ou 5 de dezembro, ele rascunhou outra mensagem de alerta, que foi emasculada pelo Almirante Turner. A mensagem não foi transmitida.

3 – Houve uma mudança na situação entre 27 de novembro e 4 de dezembro, que o levou à conclusão de que a guerra encontrava-se muito mais iminente a 4 de dezembro do que em 27 de novembro.

4 – McCollum recebeu uma comunicação oficial de Kramer, entre 11 e meia-noite de sábado, de que as entregas apropriadas das 13 partes tinham sido feitas. Entregas apropriadas incluíam o secretário de Estado, o presidente, o comandante de Operações Navais (Almirante Stark) e o Departamento da Guerra. O CMG Alwin D. Kramer, então capitão-de-coveta, serviu de junho de 1940 até junho de 1943 na sessão do Extremo Oriente da Divisão Naval de Inteligência no Departamento da Marinha em Washington, sob as ordens do CMG McCollum, com uma tarefa especial no que se referia às comunicações com o grupo de segurança no Havaí, chefiado pelo CMG Laurence F. Safford.

5 – McCollum entendia que os japoneses atacariam a Esquadra onde ela estivesse.

6 – Se os japoneses estivessem vencidos de que entraríamos na guerra caso eles atacassem Kra* (na Malásia), então nos atacariam.

7 – Na sexta-feira, 18 de maio de 1945, o CMG McCollum informou-me que ele havia feito um depoimento completo de tudo o que conhecia sobre o ataque japonês e que seu depoimento foi colocado em um cofre na Organização de Inteligência da Marinha; que o pacote lacrado no qual ele colocara seu depoimento, junto com documentos a ele alusivos, fora aberto e seu conteúdo distribuído para outros arquivos. Ele verificou que alguns documentos haviam sido perdidos ou, pelo menos, que ele fora incapaz de encontrá-los, desde seu retorno a Washington. Os documentos desaparecidos incluíam seu depoimento e cópias dos sumários diários e semanais que eram apresentados ao Almirante Stark, ao secretário e ao presidente.

Quando o Senador Ferguson questionou o CMG McCollum, durante a investigação do Congresso, ele anotou o entendimento da vital importância das mensagens japonesas interceptadas e decodificadas em 6 e 7 de dezembro de 1941 e o cuidado e a urgência com que elas foram distribuídas para diferentes autoridades em Washington. Porém, disse o senador, ninguém pensava que alguma coisa fosse acontecer em Washington. Era no Havaí e no Extremo Oriente que as ações eram esperadas. Por que o conhecimento imediato dessas interceptações em Washington era tão importante que nenhuma palavra do seu conteúdo ou do seu significado foi transmitido para os comandantes no Havaí e nas Filipinas, até que fosse muito tarde para serem utilizadas? (grifo do articulista).

AINDA FALHAS DE MEMÓRIA

Em maio de 1946, Stark compareceu perante uma sessão especial da comissão de investigação do Congresso, que havia pre-

*N.A – Península de Kra.

viamente completado a argüição de testemunhas; disse então que seu ajudante-de-ordens, tardiamente, havia lhe lembrado que ele se encontrava no teatro, na noite de 6 de dezembro. Seu ajudante-de-ordens também lhe lembrou que depois ele retornou ao seu gabinete de trabalho e teve uma conversa com o presidente sobre a situação no Pacífico.

O Almirante Stark continuou afirmando não ter lembrança desses fatos.

Uma coisa é alertar comandantes de uma determinada base sobre o provável início da guerra em teatros a milhares de milhas distantes, sabendo e esperando que eles continuarão as tarefas e missões que lhes foram determinadas, após o recebimento de tal alerta, e que a própria natureza do alerta enfatizava a necessidade de continuarem as tarefas e missões recebidas. É inteiramente diferente alertar comandantes de uma determinada base que é esperado um ataque na sua própria localidade.

Em 1941, nós da Esquadra do Pacífico tínhamos uma plethora de previsões, de alertas generalizados e de pressentimentos de que o Japão poderia embarcar em ação agressiva no Extremo Oriente, em qualquer uma das várias datas previstas. Após o recebimento de tais avisos, nós continuávamos com renovada intensidade e zelo nosso próprio programa de treinamento e de preparação para a guerra, em lugar de determinar um completo alerta local contra um ataque.

No ano de 1941, a situação era grave e, de tempos em tempos, tensa. Todavia, a preparação da esquadra para a guerra por meio de um programa de treinamento intensivo tinha que continuar. Havia um elemento de *timing* envolvido para determinar quando a Esquadra deveria encerrar o treinamento e iniciar medidas completas para a guerra. Medidas de segurança máxima, consistentes com a manutenção do

programa de treinamento, já se encontravam em andamento. Quando as relações nipo-americanas atingiriam o ponto em que todo o treinamento seria suspenso e o dispositivo de guerra totalmente implantado? Isto é o que desejávamos saber no Pacífico, no ano de 1941.

O despacho fixando a hora para entrega do ultimato japonês aos Estados Unidos, 1 hora da tarde, hora de Washington, foi interceptado e decodificado no Departamento da Marinha pelas 7 horas, na manhã de 7 de dezembro, hora de Washington, 1h30 da madrugada, hora do Havai – aproximadamente seis horas e meia antes do ataque. A tradução do japonês dessa curta mensagem era uma questão de dois minutos. **Antes das 9 horas da manhã, o comandante de Operações Navais recebeu a informação. Ela nunca me foi enviada antes do ataque.**

Não posso dizer, pelas evidências apresentadas, a hora precisa, na manhã de 7 de dezembro, quando vários oficiais responsáveis no Departamento da Marinha sabiam que 1 hora da tarde, hora de Washington, era a hora fixada para a entrega do ultimato japonês ao governo. Mas sei que havia muito tempo, ao menos um intervalo de aproximadamente três horas e meia, durante o qual uma mensagem poderia ter sido a mim transmitida. A despeito dos argumentos, que talvez houvessem, para avaliação do despacho que deveria ter sido a mim enviado, eu seguramente estava listado para saber da hora fixada pelos japoneses para o provável início da guerra contra os Estados Unidos. Eu não posso entender agora (eu nunca entendi, eu nunca entenderei) por que fui privado da informação do conhecimento do Departamento da Marinha em Washington, sábado à noite e domingo pela manhã. (grifos do articulista)

Em 28 de novembro de 1941, o Departamento da Marinha deveria ter me informado dos seguintes fatos vitais:

1) O Japão estabelecera a data de 29 de novembro como definitiva para um acordo com os Estados Unidos.

2) Os Estados Unidos enviaram ao Japão, em 26 de novembro, uma proposta para a solução das relações entre os dois países, considerada um verdadeiro ultimato. Eu registro com empenho, embora não seja essencial, que uma ordem do meu governo em relação à natureza geral dessas propostas ter-me-ia sido mais proveitosa, porém isto não foi feito.

3) O Japão considerou a proposta dos Estados Unidos de 26 de novembro inaceitável e planejou o rompimento das relações quando sua resposta fosse entregue aos americanos.

4) O Japão continuou mantendo um pretexto para negociações, após 26 de novembro, para esconder um plano definitivo que entraria em ação a 29 de novembro.

Esses foram os tipos de informações, por mim estabelecidos em maio*, de que necessitava tão urgentemente, a fim de tomar as difíceis decisões com as quais me confrontava.

A questão que aflora em suas mentes, como aflorou na minha: Teria o recebimento dessas informações feito diferença nos eventos de 7 de dezembro? Ninguém pode estabelecer agora, como um fato, que poderia ter tomada uma linha de ação determinada após passados tantos anos, tivesse ele conhecimento de fatos os quais eram então dele desconhecidos. É tudo o que se pode dizer no presente, divorciando-se de tentar entender e fazer algo sobre o ocorrido, embora não conseguisse ter feito naquele momento, tão longe quanto humanamente possível, e recrear a atmosfera do passado e os fatores que então o influenciaram, darei minha opinião, dentro do estabelecido.

Houvesse tido conhecimento desses fatos vitais e a mensagem dos “navios no porto” em 28 de novembro, é minha atual convicção que teria rejeitado as sugestões do Departamento da Marinha para enviar os navios-aeródromos para Wake e Midway. Teria ordenado ao *Saratoga* retornar da Costa Oeste. Teria ido para o mar com a Esquadra e procuraria mantê-la em uma posição de interceptação no mar. Isso teria permitido posicionar a força de ataque da Esquadra para encontrar um atacante na área do Havai. As necessidades de manter a Esquadra abastecida, todavia, teriam determinado a presença em Pearl Harbor, de tempos em tempos, de destacamentos de várias unidades do corpo principal da Esquadra.

Em 4 de dezembro, havia muito tempo para o Departamento da Marinha enviarme as informações que eu estabelecera, além dos seguintes fatos significativos do conhecimento do Departamento da Marinha, entre 27 de novembro e aquela data:

1) o Japão informara a Hitler que a guerra com as potências anglo-saxônicas ocorreria mais cedo do que alguém sonhasse;

2) o Japão havia emitido por *broadcast* seu sinal do “Código dos Ventos”, significando a guerra ou a ruptura das relações diplomáticas.**

Assumindo que pela primeira vez, em 5 de dezembro, eu tivesse todas as informações importantes em poder do Departamento da Marinha, é minha presente convicção que teria ido para o mar com a Esquadra, inclusive com o Navio-Aeródromo *Lexington*, e determinado um *rendez-vous* com a força de Halsey, e estaria em boa posição para interceptar o ataque japonês.

Algum tempo antes de 6 de dezembro, os comandantes no Havai poderiam ter

* N.T.: Levadas ao presidente e anteriormente ao Almirante Stark, em Washington, em junho.

** N.T. – Kimmel, ao escrever seu livro, desconhecia que este sinal nunca fora emitido. Só mais tarde chegou-se a essa conclusão.

sido informados da promessa de apoio armado, como detalhado pelo Departamento da Guerra em Londres ao Marechal-do-Ar Brooke Popham em Cingapura. Esta informação vital me foi negada.

Em 6 de dezembro, 15 horas antes do ataque, havia ainda muito tempo para o Departamento da Marinha dar-me todas as informações importantes que eu havia solicitado e que não estavam disponíveis para mim no Havá. Em complemento, o Departamento da Marinha poderia ter-me esclarecido que 13 partes da resposta japonesa à proposta americana haviam sido recebidas, que a maneira como fora escrita essa mensagem indicava o rompimento das relações diplomáticas ou a guerra com os Estados Unidos, e que a resposta japonesa seria formalmente apresentada em determinada hora que seria em breve fixada.

Houvesse recebido essas informações na tarde de 6 de dezembro, é minha presente convicção que ordenaria a todas as unidades da Esquadra que se encontravam em Pearl Harbor suspenderem, conseguiria um encontro com a força-tarefa comandada por Halsey, que retornava de Wake, e estaria pronto para interceptar a força japonesa a tempo da hora marcada para o início da guerra.

Mesmo na manhã de 7 de dezembro, quatro ou cinco horas antes do ataque, houvesse o Departamento da Marinha, pela primeira vez, enviado-me todas as informações importantes, e o fato adicional de que, à tarde, hora de Washington, fora deter-

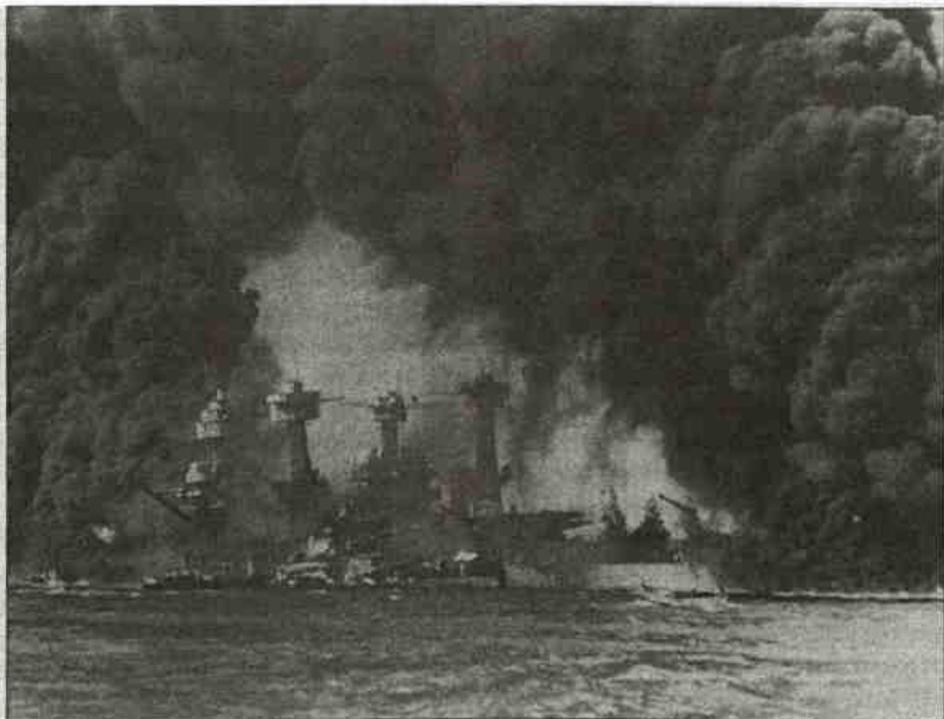
minado para a entrega do ultimato japonês aos Estados Unidos, minhas forças ligeiras sairiam de Pearl Harbor, todos os navios no porto estariam em postos de combate e todos os recursos da Esquadra em prontidão para repelir um ataque.

A Esquadra do Pacífico merecia uma oportunidade para lutar. Ela estava credenciada a receber do Departamento da Marinha as melhores informações disponíveis. Tais informações tinham sido urgentemente solicitadas. Foi-me assegurado que me seriam fornecidas. Nós enfrentamos nossos problemas no Pacífico confiantes de que esse compromisso seria firmemente honrado.

Ficou estabelecido que cerca de 360 aviões japoneses lançados de navios-aeródromos para o norte de Oahu participaram do ataque. Os aviões de perseguição do Exército disponíveis eram inteiramente inadequados para enfrentar o ataque. Não obstante, houvésssemos tido um alerta duas horas antes, uma completa prontidão de aviões e canhões teria reduzido em muito as perdas infringidas. Nós poderíamos, possivelmente, ter sido capazes de localizar os navios-aeródromos japoneses, e nossos próprios navios-aeródromos *Lexington* e *Enterprise*, que se encontravam no mar a oeste de Oahu, poderiam ter sido destinados ao teatro, em lugar de despender seus esforços para o sul, em conseqüência do resultado de informações erradas. O grande intangível, o elemento surpresa, teria sido negado aos japoneses.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA> / História dos Estados Unidos; Segunda Guerra Mundial; História do Japão; Brown, Wilson; Halsey, William F.;



The Japanese attack on Pearl Harbor on December 7, 1941, was the result of the greatest intelligence failure in American or perhaps all military history. Responsibility for the incident is still hotly debated. (FDR Library)

Tradução Livre: O ataque japonês a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, derivou da maior falha de informações da América ou talvez de toda a história militar. A responsabilidade pelo incidente é ainda debatida (Biblioteca F. D. Roosevelt) Poderia ser feita analogia com o ataque de 11 de setembro – Torres gêmeas??



(Copyright, 1945, News Syndicate Co., Inc.)

Like the 1945-46 investigations, the 1995 inquiry failed to disclose the truth. This cartoon ridicules the former but could apply to the latter. *Cartoon by Batchelor, © 1945 News Syndicate Co., Inc.*



The map of South America that British intelligence sent to FDR supposedly revealed how Hitler proposed to divide the continent into five Nazi duchies. (FDR Library)

FDR gave Adolf Berle the thankless task of coordinating rival U.S. intelligence services. Berle learned early on of possible penetration of the Roosevelt administration by Soviet spies. (FDR Library)





Vice-Admiral Chuichi Nagumo, commander of the First Air Fleet. *Imperial Japanese Navy photo.*



Admiral Osami Nagano, Chief of the Navy General Staff. *Imperial Japanese Navy photo.*



The attackers. Admiral Isoroku Yamamoto held Japan's major afloat command in 1941 as Commander-in-Chief of the Imperial Japanese Navy. *Imperial Japanese Navy photo.*



Serviço de Documentação da Marinha



O SDM é o órgão responsável pela memória da Marinha. O Serviço de Documentação tem como atribuição estudar, pesquisar e divulgar a história marítima brasileira e conservar o patrimônio histórico e artístico da Marinha do Brasil.

Criado em 1943, o SDM reúne atualmente sete departamentos, distribuídos em cinco prédios históricos:

- na Sede Ilha das Cobras funcionam os Departamentos de Arquivo, de História Marítima, de Publicações e Divulgação e de Administração;
- na Rua Dom Manuel (Praça XV) fica o Museu Naval;
- no Espaço Cultural da Marinha estão atracados o Navio-Museu *Bauru*, o Submarino-Museu *Riachuelo* e o Rebocador-Museu *Laurindo Pitta* e a Escuna *Nogueira da Gama*;
- na Rua Mayrink Veiga está a Biblioteca da Marinha;
- o SDM abrange ainda a Ilha Fiscal – local onde foi realizado o Último Baile do Império.

Empenhado nesta árdua tarefa, o SDM tem desenvolvido, a cada ano, novos projetos, buscando maior interação entre a Marinha e a sociedade. Como resultado deste trabalho, cerca de 100 mil pessoas visitaram o Complexo Cultural da Marinha (SDM) em 2007.